


## **CADERNO DE ENCARGOS**

**Locação de Filmes em Formato Digital, 2D e 3D,  
para a programação de cinema,  
no Cineteatro Anadia**

## Índice

<b>SECÇÃO I - CLÁUSULAS JURÍDICAS .....</b>	<b>3</b>
<b>CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>3</b>
Cláusula 1. <sup>a</sup>   Objeto .....	3
Cláusula 2. <sup>a</sup>   Contrato .....	3
Cláusula 3. <sup>a</sup>   Interpretação dos documentos que regem a aquisição de serviços na execução contratual .....	3
Cláusula 4. <sup>a</sup>   Prazo .....	4
Cláusula 5. <sup>a</sup>   Local de execução .....	4
O serviço objeto do presente caderno de Encargos será executado no Cineteatro Anadia. ....	4
Cláusula 6. <sup>a</sup>   Preço base e preço contratual .....	4
Cláusula 7. <sup>a</sup>   Condições de pagamento e faturação .....	4
<b>CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....</b>	<b>5</b>
Cláusula 8. <sup>a</sup>   Obrigações gerais do adjudicatário .....	5
Cláusula 9. <sup>a</sup>   Dever de sigilo .....	6
Cláusula 10. <sup>a</sup>   Obrigações do contraente público .....	6
Cláusula 11. <sup>a</sup>   Revisão de Preços .....	6
<b>CAPÍTULO III - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO .....</b>	<b>7</b>
Cláusula 12. <sup>a</sup>   Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato .....	7
Cláusula 13. <sup>a</sup>   Subcontratação e cessão da posição contratual .....	7
<b>CAPÍTULO IV - VICISSITUDES CONTRATUAIS .....</b>	<b>7</b>
Cláusula 14. <sup>a</sup>   Penalidades contratuais .....	7
Cláusula 15. <sup>a</sup>   Resolução do contrato pelo contraente público .....	8
Cláusula 16. <sup>a</sup>   Casos de força maior .....	8
Cláusula 17. <sup>a</sup>   Resolução do contrato por parte do adjudicatário .....	9
<b>CAPÍTULO V – SEGUROS .....</b>	<b>9</b>
Cláusula 18. <sup>a</sup>   Seguros .....	9
<b>SECÇÃO II - DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>9</b>
Cláusula 19. <sup>a</sup>   Deveres de informação .....	9
Cláusula 21. <sup>a</sup>   Critérios ambientais .....	10
Cláusula 22. <sup>a</sup>   Tratamento e proteção de dados pessoais .....	10
Cláusula 23. <sup>a</sup>   Comunicações e notificações .....	10
Cláusula 24. <sup>a</sup>   Foro competente .....	11
Cláusula 25. <sup>a</sup>   Legislação aplicável .....	11
Cláusula 26. <sup>a</sup>   Vigência .....	11
<b>ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS .....</b>	<b>12</b>
Cláusula 1. <sup>a</sup>   Âmbito do procedimento .....	12
Cláusula 2. <sup>a</sup>   Especificações técnicas dos serviços .....	12
Cláusula 3. <sup>a</sup>   Obrigações específicas do adjudicatário .....	12
Cláusula 4. <sup>a</sup>   Local e condições de entrega dos bens .....	12
Cláusula 5. <sup>a</sup>   Formação dos colaboradores do adjudicatário .....	12

 município de anadia	<b>CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>	
	<b>NOME DO PROCEDIMENTO</b>	<b>Locação de filmes em formato digital, 2D e 3D, para a programação de cinema no Cineteatro Anadia</b>
	<b>UNIDADE ORGÂNICA</b>	<b>DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO</b>

## **SECÇÃO I - CLÁUSULAS JURÍDICAS**

### **CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1.ª | Objeto**


1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a locação de filmes em Formato Digital, 2D e 3D, para a programação de cinema no Cineteatro Anadia, de acordo com as especificações constantes no Anexo I – Especificações Técnicas do presente caderno de encargos.
2. O adjudicatário tem pleno conhecimento do objeto da presente aquisição de serviços, não podendo, como tal e em situação alguma, invocar desconhecimento sobre o mesmo, para atenuar ou se eximir da responsabilidade que tem na perfeita execução do contrato.

#### **Cláusula 2.ª | Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos e integrará ainda os seguintes elementos:
  - a. Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, se existirem;
  - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos, se existirem;
  - c. O presente caderno de encargos e anexos;
  - d. A proposta adjudicada;
  - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário, se existirem.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pelo contraente público nos termos previstos no artigo 99.º do CCP - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; na sua redação atual e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal, prevalecem todos os documentos previstos no número um da presente cláusula.
4. Além dos documentos indicados no n.º 1, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.
5. Persistindo dúvidas, aplicar-se-á o CCP e demais legislação portuguesa aplicável.

#### **Cláusula 3.ª | Interpretação dos documentos que regem a aquisição de serviços na execução contratual**

1. Qualquer dúvida surgida na interpretação de documentos contratuais, regulamentares ou sobre o modo de execução das respetivas obrigações deve ser colocada por escrito com a maior antecedência possível.
2. Se as dúvidas ocorrerem após o início da prestação de serviços, o adjudicatário deve formulá-las imediatamente, também por escrito, justificando as razões da sua apresentação extemporânea, sem prejuízo da sua responsabilidade decorrente do atraso.
3. A falta de cumprimento dos deveres referidos torna o adjudicatário responsável por todas as consequências da sua errónea ou deficiente interpretação.

 município de anadia	<b>CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>	
	<b>NOME DO PROCEDIMENTO</b>	<b>Locação de filmes em formato digital, 2D e 3D, para a programação de cinema no Cineteatro Anadia</b>
	<b>UNIDADE ORGÂNICA</b>	<b>DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO</b>

#### **Cláusula 4.ª | Prazo**

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo doze meses a contar da data da sua assinatura, ou até ter atingido o valor contratualizado, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato.

#### **Cláusula 5.ª | Local de execução**


O serviço objeto do presente caderno de Encargos será executado no Cineteatro Anadia.

#### **Cláusula 6.ª | Preço base e preço contratual**

1. O preço base global do presente procedimento é de 13.375,00€ (treze mil trezentos e setenta e cinco euros), acrescidos do IVA à taxa de 23%, correspondendo ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução do serviço objeto do presente Caderno de Encargos.
2. O preço máximo, por filme a ser exibido, no máximo duas vezes por semana, não pode ser superior a 267,50€/filme.
3. Pela execução dos serviços objeto de contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se tal for devido.
4. O preço previsto no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público no presente caderno de encargos, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

#### **Cláusula 7.ª | Condições de pagamento e faturação**


1. A emissão das faturas eletrónicas pelo adjudicatário deverá ser feita após a prestação de serviços e será paga por transferência bancária.
2. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos do disposto nos pontos anteriores, devem ser pagas, no prazo máximo de 30 dias, após a receção pela entidade adjudicante das respetivas faturas e conferência, por parte do respetivo Serviço Requisitante, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
3. Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores ou quantidades indicadas nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando aquele obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à retificação da fatura.
4. As faturas eletrónicas a emitir pelo adjudicatário deverão ser enviadas através da plataforma do SOVOS Saphety ou noutra a indicar pelo contraente público.
5. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pelo contraente público não será objeto de qualquer cobrança adicional.
6. O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
7. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades ou sanções previstas no presente caderno de encargos ou determinadas por lei, o cumprimento defeituoso da prestação de serviços terá um efeito suspensivo sobre a faturação e sobre o pagamento até à total regularização da situação.

 município de anadia	<b>CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>	
	<b>NOME DO PROCEDIMENTO</b>	<b>Locação de filmes em formato digital, 2D e 3D, para a programação de cinema no Cineteatro Anadia</b>
	<b>UNIDADE ORGÂNICA</b>	<b>DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO</b>

## CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

### Cláusula 8.ª | Obrigações gerais do adjudicatário

1. Nos termos do contrato a celebrar, o adjudicatário obriga-se, durante o período da sua execução, à realização de todas as operações necessárias ao integral cumprimento do objeto do contrato.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
  - a) Prestar os serviços em perfeitas condições e para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente caderno de encargos e conforme as condições aí estipuladas, bem como nos demais documentos contratuais;
  - b) Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais, ambientais e níveis de serviço, tal como previstos no presente caderno de encargos e na legislação aplicável;
  - c) Garantir os serviços prestados, de acordo com as condições definidas no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais e disposições legais em vigor;
  - d) Recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e criativos que sejam necessários à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à correta e completa execução das tarefas a seu cargo;
  - e) Comunicar ao contraente público, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
  - f) Não alterar as condições da prestação dos serviços fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;
  - g) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do contraente público;
  - h) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pelo contraente público;
  - i) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento;
  - j) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, patentes, registos e licenças necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas;
  - k) Cooperar com o contraente público, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
    - i. Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo adjudicatário em representação do contraente público;
    - ii. Quando o contraente público deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis
  - l) Obrigação de manutenção das condições de prestação dos serviços, incluindo as premissas técnicas descritas nas cláusulas técnicas deste caderno de encargos;
3. Na execução da presente aquisição de serviços o adjudicatário fica obrigado a prestar todos os esclarecimentos que o Gestor do Contrato considere necessários, nos termos e para os efeitos dos artigos 289.º e 290.º, 290.º-A do CCP, e no prazo que este venha a fixar.

 município de anadia	<b>CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>	
	<b>NOME DO PROCEDIMENTO</b>	<b>Locação de filmes em formato digital, 2D e 3D, para a programação de cinema no Cineteatro Anadia</b>
	<b>UNIDADE ORGÂNICA</b>	<b>DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO</b>

4. O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do CCP, na sua redação atual, bem como toda a legislação e regulamentação portuguesa aplicável.

#### **Cláusula 9.ª | Dever de sigilo**


1. O adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.
2. O adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. O adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o contraente público lhe indique para esse efeito.
6. O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa do contraente público, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
7. O adjudicatário não pode utilizar o logotipo ou qualquer outro sinal distintivo do contraente público sem o consentimento prévio deste.

#### **Cláusula 10.ª | Obrigações do contraente público**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, o contraente público obriga-se a fiscalizar a execução do objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência e o zelo, próprios das melhores práticas.
2. Constituem ainda obrigações do contraente público:
  - a) Nomear um responsável pela gestão do contrato e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
  - b) Monitorizar e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;
  - c) Monitorizar a qualidade dos serviços prestados;
  - d) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;
  - e) Disponibilizar o acesso às instalações para a execução dos serviços prestados;
  - f) Efetuar o pagamento contratualmente devido dentro dos prazos fixados.

#### **Cláusula 11.ª | Revisão de Preços**

No decurso do contrato não haverá lugar à revisão ordinária ou extraordinária de preços.

	<b>CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>	
	<b>NOME DO PROCEDIMENTO</b>	<b>Locação de filmes em formato digital, 2D e 3D, para a programação de cinema no Cineteatro Anadia</b>
	<b>UNIDADE ORGÂNICA</b>	<b>DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO</b>

### **CAPÍTULO III - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup> | Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato**

- Os poderes de direção e a fiscalização do modo de execução do contrato serão exercidos pelo contraente público nos termos do disposto nos artigos 303.º a 305.º do CCP.
- Para efeitos da concretização dos poderes de direção e fiscalização do modo de execução do contrato a entidade adjudicante será representada pelo gestor do contrato, ao qual se delega:
  - A competência para a emissão de ordens, diretivas ou instruções, bem como para proceder à notificação prevista no artigo 325.º do CCP para que o adjudicatário cumpra, em prazo fixado para o efeito, todas as obrigações emergentes do contrato, a quem o adjudicatário fica obrigado a prestar toda a colaboração que se mostrar necessária e toda a informação que lhe seja solicitada.
  - A competência para decidir sobre a verificação da existência de uma impossibilidade temporária de cumprimento do contrato que determina a suspensão do prazo (nos termos do disposto no artigo 297.º do CCP) e sobre a respetiva retoma logo que cessem as causas que determinaram a suspensão (nos termos do disposto no artigo 298.º do CCP).
- O gestor do contrato, no exercício das funções de fiscalização será responsável pela medição e a avaliação dos níveis de serviço exigidos de acordo com a cláusula 8.º do presente caderno de encargos.


#### **Cláusula 13.<sup>a</sup> | Subcontratação e cessão da posição contratual**

- Não é admitida a cessão da posição contratual, sem prejuízo do previsto nas alíneas a) ou b) do n.º 1 do artigo 318.º do CCP.
- Não é admitida a subcontratação, sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo 318.º do CCP.

### **CAPÍTULO IV - VICISSITUDES CONTRATUAIS**

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup> | Penalidades contratuais**

- Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Anadia pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
- Em caso e sempre que se verifique uma suspensão parcial ou temporária da prestação dos serviços, por causa imputável ao adjudicatário, deverá o mesmo compensar a entidade adjudicante por todos os prejuízos causados, decorrentes daquela suspensão, ficando todas as despesas necessárias ao cumprimento e à substituição da prestação de serviços respetiva, a cargo do adjudicatário;
- Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o Município de Anadia pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
- Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
- Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Anadia tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

 município de anadia	<b>CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>	
	<b>NOME DO PROCEDIMENTO</b>	<b>Locação de filmes em formato digital, 2D e 3D, para a programação de cinema no Cineteatro Anadia</b>
	<b>UNIDADE ORGÂNICA</b>	<b>DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO</b>

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Anadia exija uma indemnização pelo dano excedente.


#### **Cláusula 15.ª | Resolução do contrato pelo contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no caso de atraso, total ou parcial, superior a dois dias na prestação dos serviços objeto do contrato ou o adjudicatário declarar por escrito que o atraso na prestação excederá esse prazo.
2. O contrato pode também ser resolvido pelo contraente público caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já entendidas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do adjudicatário:
  - a) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do adjudicatário;
  - b) Prestação de falsas declarações;
  - c) Estado de falência ou insolvência;
  - d) Cessação da atividade;
  - e) Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do adjudicatário e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao adjudicatário e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo contraente público.

#### **Cláusula 16.ª | Casos de força maior**

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
  - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
  - b) Sejam alheias à sua vontade;
  - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
  - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;



	<b>CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>	
	<b>NOME DO PROCEDIMENTO</b>	<b>Locação de filmes em formato digital, 2D e 3D, para a programação de cinema no Cineteatro Anadia</b>
	<b>UNIDADE ORGÂNICA</b>	<b>DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO</b>

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo adjudicatário das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza o contraente público a resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do CCP, não tendo o adjudicatário direito a qualquer indemnização.

#### **Cláusula 17.ª | Resolução do contrato por parte do adjudicatário**

1. O adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.

2. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

### **CAPÍTULO V – SEGUROS**

#### **Cláusula 18.ª | Seguros**

1. O prestador de serviços deverá possuir e manter válido um seguro de acidentes de trabalho do pessoal a afetar à presente prestação de serviços e um seguro de responsabilidade civil destinado a cobrir os danos patrimoniais e não patrimoniais decorrentes da sua atividade, causados a terceiros por ações e/ou omissões suas, dos seus representantes ou das pessoas ao seu serviço pelas quais possam ser civilmente responsabilizados.


2. Os seguros de acidentes pessoais devem prever que as indemnizações sejam pagas aos sinistrados ou, em caso de morte, a quem prove ter a elas direito, nos termos da lei sucessória ou de outras disposições legais aplicáveis.

3. O Município de Anadia pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo 5 dias úteis.

### **SECÇÃO II - DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 19.ª | Deveres de informação**

Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, de acordo com a boa-fé.

 município de anadia	<b>CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>	
	<b>NOME DO PROCEDIMENTO</b>	<b>Locação de filmes em formato digital, 2D e 3D, para a programação de cinema no Cineteatro Anadia</b>
	<b>UNIDADE ORGÂNICA</b>	<b>DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO</b>

#### **Cláusula 20.ª | Direitos de propriedade intelectual**

1. Correm integralmente por conta do adjudicatário, os encargos ou a responsabilidade civil decorrentes da incorporação em qualquer dos serviços objeto do contrato, ou da utilização nesses mesmos serviços, de materiais, de hardware, de software ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
2. Se o contraente público vier a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato ou na posterior utilização dos serviços objeto do mesmo, qualquer dos direitos referidos no número anterior, terá direito de regresso contra o adjudicatário por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.
3. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
4. Os encargos e a responsabilidade civil perante terceiros, decorrentes dos factos mencionados nos números 1 e 2, não correm por conta do adjudicatário se este demonstrar que os mesmos são imputáveis ao contraente público ou a terceiros, que não sejam seus subcontratados.

#### **Cláusula 21.ª | Critérios ambientais**

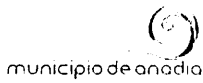
1. O adjudicatário deve garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactos ambientais.
2. O adjudicatário deve igualmente garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

#### **Cláusula 22.ª | Tratamento e proteção de dados pessoais**

1. O adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual.
2. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que o contraente público venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus trabalhadores, colaboradores, prestadores de serviços ou fornecedores, em violação das normas legais aplicáveis.

#### **Cláusula 23.ª | Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, através de correio eletrónico, nos termos do artigo 468º. Do CCP, para os respetivos endereços eletrónicos, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

	<b>CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>	
	<b>NOME DO PROCEDIMENTO</b>	<b>Locação de filmes em formato digital, 2D e 3D, para a programação de cinema no Cineteatro Anadia</b>
	<b>UNIDADE ORGÂNICA</b>	<b>DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO</b>

#### **Cláusula 24.<sup>a</sup> | Foro competente**


Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com renúncia expressa a qualquer outro.

#### **Cláusula 25.<sup>a</sup> | Legislação aplicável**

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.
2. Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, a tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente caderno de encargos e nas demais regulamentações do procedimento pré-contratual e do contrato aplica-se o regime previsto no CCP, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

#### **Cláusula 26.<sup>a</sup> | Vigência**

O conteúdo resultante do presente Caderno de Encargos e demais peças processuais, bem como o resultante da proposta apresentada pelo adjudicatário, entram em vigor após a assinatura do contrato pelas partes e da publicitação do mesmo no portal dos contratos públicos.

	<b>CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>	
	<b>NOME DO PROCEDIMENTO</b>	<b>Locação de filmes em formato digital, 2D e 3D, para a programação de cinema no Cineteatro Anadia</b>
	<b>UNIDADE ORGÂNICA</b>	<b>DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO</b>

## ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

### Cláusula 1.ª | Âmbito do procedimento

O presente procedimento tem por objeto o a locação de filmes em formato digital, 2D e 3D, para a programação de cinema no Cineteatro Anadia.

### Cláusula 2.ª | Especificações técnicas dos serviços

Os serviços objeto do presente Caderno de Encargos devem obedecer aos requisitos técnicos indicados:

1 – Cineteatro Anadia		
Quantidade de filmes	N.º de exibições semanais	Total de exibições
50	2	100
Especificações técnicas		
Descrição	Locação de filmes em formato digital, 2D e 3D, para a programação de cinema no Cineteatro Anadia, Consultadoria técnica e consultadoria de comunicação. O serviço inclui entrega dos filmes, envio de KDM's de cada filme a exibir, envio de cartazes, envio das respetivas licenças, apoio técnico aos procedimentos inerentes a cada sessão marcada, apoio à comunicação com envio da programação aos principais agregadores de programação de cinema, intermediação com laboratório emissor das KDM's.	

### Cláusula 3.ª | Obrigações específicas do adjudicatário

No âmbito do contrato o adjudicatário fica, ainda, obrigado ao transporte de todos os DCP's físicos (entrega e recolha), caso se aplique;

### Cláusula 4.ª | Local e condições de entrega dos bens

1. A programação deve ser definida com a antecedência mínima de duas semanas, face à data de exibição do filme;
2. No caso de não ser possível o cumprimento do prazo definido no número anterior, o fornecedor deve comunicar esse facto, ao Município de Anadia, de forma fundamentada, logo que dele tenha conhecimento, obrigando-se, se tal for aceite e oportuno, a restabelecer o fornecimento em prazo razoável.
3. Em caso de entrega do filme a exibir em DCP físico, o mesmo deverá ser entregue na Câmara Municipal de Anadia, em dias uteis, entre as 8h00 e as 19h30;
4. Responder a qualquer incidente ou reclamação, suscitados pela Entidade Adjudicante, no prazo máximo de 2 (dois) dias.
5. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens necessários para a exibição e publicitação dos filmes a exibir, e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade da entidade adjudicatária.

### Cláusula 5.ª | Formação dos colaboradores do adjudicatário

1. Os colaboradores do adjudicatário afetos à prestação de serviços deverão estar aptos para as funções a desempenhar.
2. Não poderão exercer atividade na entidade adjudicante pessoas que não cumpram o definido anteriormente, sendo responsabilidade do adjudicatário todas as consequências que resultem da não aplicação desta condição.